



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Estagiários
Fevereiro/2014

| nº | Nome (a) | Nível (b) | Especialidade (c) | Obrigatório (d) | Prazo (e) |
|------------------------------|---------------------------------------|------------------|--------------------------|------------------------|------------------|
| 1 | ANTONIO DIEGO DO O SANTOS | Profissional | Eletrônica | Não | 15/04/14 |
| 2 | DANIELE DA SILVA COSTA | Profissional | Eletrônica | Não | 08/04/14 |
| 3 | ÍTALO PEREIRA DE SOUZA | Profissional | Eletrônica | Não | 02/09/14 |
| 4 | LARISSA FERREIRA GOMES | Profissional | Eletrotécnica | Não | 03/12/14 |
| 5 | LINNETE NASCIMENTO PINTO | Superior | Serviço Social | Não | 16/07/14 |
| 6 | LUDMILLA MOREIRA LIMA GONDIM | Superior | Psicologia | Não | 07/03/14 |
| 7 | MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO | Superior | Turismo | Não | 16/07/14 |
| 8 | VIRGINIA ASSUNÇÃO DO NASCIMENTO COSTA | Superior | Radialismo | Não | 16/07/14 |
| 9 | YAN HENRIQUE ALMEIDA PEREIRA | Profissional | Eletrotécnica | Não | 03/12/14 |
| Total Obrigatório | | | | | |
| Total não Obrigatório | | | | 9 | |

Fonte: Termos de Compromisso e de Desligamento de Estágio

Data da Última Atualização: 06/03/14

(a) – Nome Completo do estagiário

(b) – Informar se o estagiário é de nível superior ou médio

(c) – Preencher com a especialidade caso seja de nível superior: direito, administração, informática, etc. No caso do estágio de nível médio preencher com a expressão “não se aplica”.

(d) – Informar “sim” se o estágio for obrigatório, ou “não”, se não for obrigatório.

(e) – Informar a data final do estágio no formato dd/mm/aaaa.

(f) – Somar o quantitativo de estágios obrigatórios.

(g) – Somar o quantitativo de estágios não obrigatórios.

| n° | Nome (a) | Nível (b) | Especialidade (c) | Obrigatório (d) | Prazo (e) |
|-----------|-----------------|------------------|--------------------------|------------------------|------------------|
|-----------|-----------------|------------------|--------------------------|------------------------|------------------|

FUNDAMENTO LEGAL: Resolução CNMP n° 86/2012, art. 5°, inciso III, alínea “f”.